



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

HERMINEGILDA
LEITE
MACHADO
08/09/2024 23:19

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 12ª VARA DO
TRABALHO DE JOÃO PESSOA**

Equipe de Correição: Cláudia Maria Bandeira Correia Lima Vilar, Eurício de Oliveira Pessoa, Marco Antônio Maia Pinheiro, Ozanete Gondim Guedes Pereira, Silvana Marsicano Franca e Vinicius Gomes Mota.

Jurisdição	Alhandra, Bayeux, Caaporã, Cabedelo, Conde, João Pessoa, Pitimbu
Normativo de criação	RA TRT nº 048/2019 e Ato TRT SGP nº 175/2019
Data de instalação	4/6/2019
Data da última correição	10 de outubro de 2023
Período correicionado	1º/10/2023 a 31/7/2024

Aos 4 de setembro de 2024 sob a supervisão da Excelentíssima Senhora Desembargadora Vice-Presidente e Corregedora **HERMINEGILDA LEITE MACHADO**, foi realizado o encerramento dos trabalhos correicionais da 12ª Vara do Trabalho de João Pessoa, em cumprimento ao disposto no inciso XI do artigo 31 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Edital de Correição nº 027/2024, publicado no DA-e e DEJT, no sítio eletrônico deste Regional e enviado à Secretaria da Vara por correio eletrônico.

A Desembargadora Corregedora, acompanhada da Secretária da Corregedoria, Ozanete Gondim Guedes Pereira e do servidor, Aryoswaldo José Brito Espínola, foram recebidos pelo Juiz titular, Humberto Halison Barbosa de Carvalho e Silva, pela Juíza substituta, Ana Beatriz Dias Fernandes Gondim, pelo Diretor de Secretaria, Francisco de Assis Queiroz e demais servidores lotados na Unidade Judiciária. Com base na análise dos processos selecionados para correição, na consulta dos dados estatísticos fornecidos pelos Sistemas e-Gestão, Hórus e PJe referentes ao período de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

1º/10/2023 a 31/7/2024 (10 meses) e nas informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:

1. ESTRUTURA FUNCIONAL

1.1 Magistrado Titular

Juiz Titular	Titularidade na Unidade
Humberto Halison B. de Carvalho E Silva	1º/6/2019 - RA TRT nº 048/2019

1.1.2 Magistrada substituta fixa

Juíza Substituta Fixa	Fixação na Unidade
Ana Beatriz Dias Fernandes Gondim	12/6/2019 Ato TRT SCR nº 080/2019

1.2 Assiduidade dos magistrados

Não há registro de inassiduidade na Corregedoria, ou manifestações dessa ocorrência na Ouvidoria, em face do Magistrado titular, da Magistrada substituta e dos Juízes que atuaram na Vara durante o período correccionado.

1.3 Servidores lotados na Unidade

A 12ª Vara do Trabalho de João Pessoa conta, atualmente, com **12** servidores:

Servidor	Cargo/Função	Data lotação
Aguinaldo Rodrigues dos Santos	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	2/6/2019
Andre Firmino Lima	Técnico Judiciário – Assistente III	10/7/2023
Diego Bezerra Rodrigues	Técnico Judiciário – Assistente IV	25/11/2021
Francisco de Assis Queiroz	Técnico Judiciário – Diretor de Secretaria	2/6/2019
Herlilton José de Miranda Santos	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Titular	2/9/2024
Jane Amaral Albuquerque Guedes	Analista Judiciário – Secretário de Audiência	2/6/2019
Leigson Pereira de Araujo Costa	Técnico Judiciário – Assistente III	1º/6/2019
Maria Célia Geraldo Barbosa	Técnico Judiciário – Secretário de Audiência	1º/6/2019



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Maricelma Apolinaria da Silva	Assistente V	2/6/2019
Patricia Feitosa Cruz	Técnico Judiciário – Calculista	18/10/2019
Soraya de Almeida Marques Rolim	Assistente III	24/7/2023
Suely Regina Araujo de Souza	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Substituto	1º/6/2019

A Unidade adota, quanto à forma de trabalho, a divisão de tarefas por faixa processual no sistema PJe, e, como também, por atribuição de tarefas específicas, a exemplo “minutar sentença” que é exclusivamente destinada aos assistentes de juízes, segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria. Informou, ainda, que a WIKI-VT serve como uma fonte contínua para a avaliação dos procedimentos adotados pela Vara, assegurando o encaminhamento adequado dos processos dentro do fluxo do sistema, ajudando a evitar retrabalho e a garantir que não haja omissões de movimentos específicos em cada fase do processo. Por fim, informou que a Unidade adota a implementação de boas práticas, a exemplo de: realização de atos ordinatórios, a promoção de um ambiente propício para novas ideias, o acompanhamento de dados estatísticos extraídos do Hórus e a integração de novas tecnologias de trabalho, como o MaisPJe. Além disso, realiza despachos com força de ofício, analisa todas as petições protocolizadas pelas partes e emite sentenças de HTE sem a necessidade de audiências prévias.

2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (Fonte: e-Gestão)

De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a 12ª Vara do Trabalho de João Pessoa contabilizava, em 31/7/2024, um acervo processual de 2017 processos:

Item	Quantidade
Fase de conhecimento	879
Fase de Liquidação	187
Fase de execução	941
Cartas precatórias e de ordem	10
TOTAL	2017

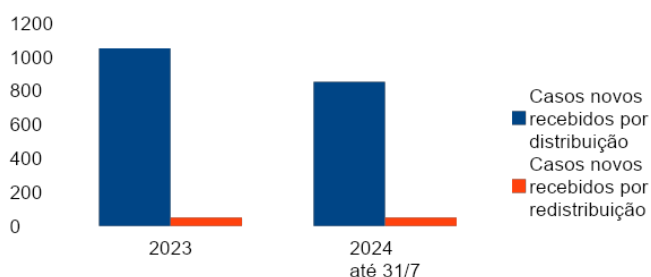


PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

2.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

2.1.1 Casos novos

Item	2023	2024 até 31/7
Casos novos recebidos por distribuição	1048	851
Casos novos recebidos por redistribuição	51	50
TOTAL	1099	901



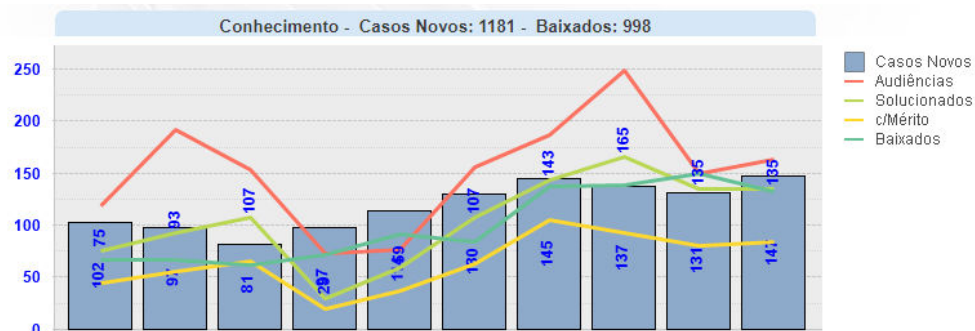
No período correicionado, houve registro de doze processos recebidos com sentenças anuladas pela instância superior, abaixo relacionados.

Sentenças anuladas	
0000101-53.2023.5.13.0031	0000872-31.2023.5.13.0031
0000897-78.2022.5.13.0031	0001001-36.2023.5.13.0031
0000236-65.2023.5.13.0031	0000562-59.2022.5.13.0031
0000885-64.2022.5.13.0031	0001186-74.2023.5.13.0031
0000715-89.2022.5.13.0032	0000703-44.2023.5.13.0031
0000027-96.2023.5.13.0031	0000708-66.2023.5.13.0031

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de conhecimento, no período correicionado (outubro/23 a julho/2024).

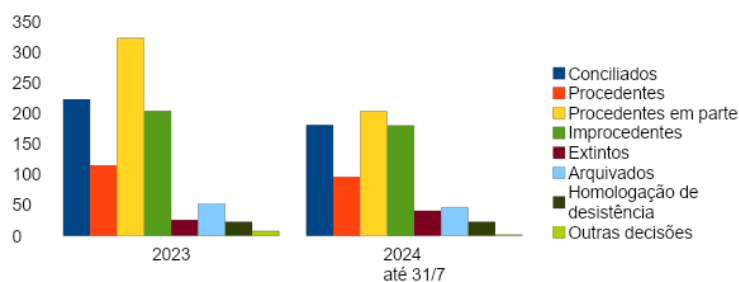


PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



2.2 Resolvidos na fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Item	2023	2024 até 31/7
Conciliados	223	181
Procedentes	115	96
Procedentes em parte	323	203
Improcedentes	204	180
Extintos	26	41
Arquivados	53	47
Homologação de desistência	23	23
Outras decisões	8	2
TOTAL	975	773



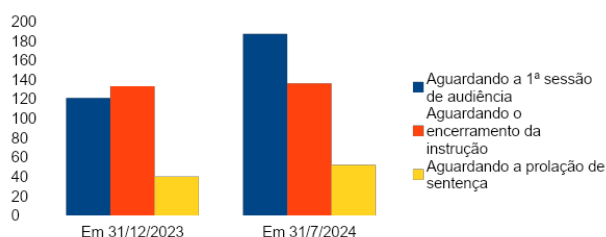
2.3 Pendentes de solução (Fonte: Hórus)

A realidade da movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Item	Em 31/12/2023	Em 31/7/2024
Aguardando a 1ª sessão de audiência	121	187
Aguardando o encerramento da instrução	133	136
Aguardando a prolação de sentença	40	52
TOTAL	294	375



2.4 Pendentes de finalização (Fontes: Hórus)

Saldo residual dos processos que não foram finalizados*, ou seja, aqueles processos que, embora já tenham decisão, cálculos de liquidação ou tenha sido satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de baixa processual.

Item	2023	2024 até 31/7	Variação (%)
Fase de conhecimento	766	879	14,75%
Fase de liquidação	201	187	-6,97%
Fase de execução	837	941	12,43%

Na fase de conhecimento, consideram-se finalizados os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com início da fase de liquidação ou de execução. Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada. Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

3. PANORAMA DE AUDIÊNCIAS

3.1 Dias da semana em que se realizaram audiências, com o seu respectivo quantitativo.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Audiência	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Inicial	88	150	96	11	1
Conciliação em conhecimento	44	16	8	25	1
Conciliação em Execução	13	17	16	8	2
Una	151	167	170	31	12
Instrução	64	72	62	121	25

Segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Unidade correicionada normalmente realiza audiências de segunda a quinta-feira e, eventualmente, às sextas-feiras,

3.2. Audiências realizadas na jurisdição de João Pessoa (Fonte: Hórus)

MÊS	1ª VTJP	2ª VTJP	3ª VTJP	4ª VTJP	5ª VTJP	6ª VTJP	7ª VTJP	8ª VTJP	9ª VTJP	10ª VTJP	11ª VTJP	12ª VTJP	13ª VTJP	MÉDIA, excluída a unidade correicionada
10/23	207	183	185	141	149	214	237	155	211	226	146	118	151	183,75
11/12	126	161	168	160	165	228	173	178	162	170	164	192	142	166,41
12/23	134	122	124	96	118	107	117	117	121	87	100	153	97	111,66
1/24	87	20	78	133	41	86	41	66	76	112	49	73	74	71,91
2/24	88	172	187	212	131	131	155	158	110	187	149	77	171	154,25
3/24	211	191	185	222	176	256	195	197	133	215	205	156	144	194,16
4/24	265	225	222	281	167	225	248	262	250	178	201	186	215	228,25
5/24	289	265	242	239	196	293	239	194	206	203	194	249	214	231,16
6/24	181	187	163	197	169	248	207	181	215	227	196	150	175	195,5
7/24	176	270	243	230	212	224	239	217	216	185	206	163	212	219,16
TOTAL	1764	1796	1797	1911	1524	2012	1851	1725	1700	1790	1610	1517	1595	1756,21

4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

4.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Fase de conhecimento	2023	2024 até 31/7
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência	44	50
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução	47	48
Do ajuizamento até o encerramento da instrução	83	88
Da conclusão à prolação da sentença	22	18
Do ajuizamento até a prolação da sentença	98	100

5. INCIDENTES PROCESSUAIS (Fonte: Hórus)

Item		2023	2024 até 31/7
Embargos de declaração	Recebidos	293	216
	Baixados	296	207
	Pendentes	22	26
Tutela Provisórias	Recebidos	112	86
	Apreciadas	88	80
	Pendentes	5	1
Liquidação/ Execução	Recebidos	143	148
	Baixados	109	135
	Pendentes	54	50

6. RECURSOS INTERPOSTOS (Fonte: Hórus)

1º/10/2023 a 31/7/2024			
Item	Interpostos	Remetidos	Pendentes
Recurso ordinário	606	551	48
Recurso adesivo	32	32	1
Agravo de petição	267	190	10
Total	905	773	59

7. DURAÇÃO DO PROCESSO NAS FASES DE CONHECIMENTO E EXECUÇÃO (Fonte: Hórus)

No que se refere ao tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento, elemento importante na garantia dos princípios da duração razoável do processo e efetividade, temos os seguintes números para o



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

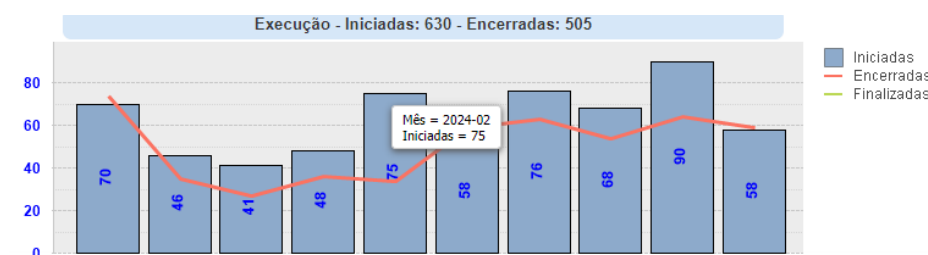
ano-base **2023**: **86** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **132** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **103** dias. O prazo praticado pela Unidade neste exercício, até o dia **31/7** é de **85** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e de **141** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **106** dias. Em relação a todas as classes processuais, o tempo médio de duração do processo é de **98** dias, para o ano base de **2023** e de **100** dias, relativo a este ano de **2024**, até **31 de julho**.

Quanto à fase de execução, o tempo médio de duração do processo, relativo a todas as classes processuais no exercício de **2023**, foi de **204** dias, e de **166** dias, referente ao exercício atual até o dia **31 de julho**.

8. NÚMERO DE PROCESSOS NA FASE DE EXECUÇÃO (Fonte: e-Gestão e Hórus)

Item	2023	2024 até 31/7
Execuções pendentes	665	7
Execuções iniciadas	566	473
Desarquivados	151	5
Recebidos de outros Órgãos	5	1
Execução de título extrajudicial	-	1
Execuções encerradas	435	369
Remetidos a outros Órgãos	-	2
Processos arquivados provisoriamente	38	2

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de execução, no período correicionado (outubro/23 a julho/2024).





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

9. PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES (Fonte: Hórus)

VALORES PAGOS (R\$)			
Item	Sistema	2023	2024 até 31/7
Acordo	PJe	R\$ 4.797.583,75	R\$ 3.233.626,09
Espontâneo	PJe	R\$ 916.401,99	R\$ 1.358.464,66
Execução	PJe	R\$ 3.029.973,98	R\$ 4.221.839,17
TOTAL		R\$ 8.743.959,72	R\$ 8.813.929,92

VALORES ARRECADADOS (R\$)			
Item	Sistema	2023	2024 até 31/7
Custas/Emolumentos	PJe	R\$ 319.696,12	R\$ 217.357,98
Contribuição previdenciária	PJe	R\$ 995.000,54	R\$ 866.360,98
Imposto de renda	PJe	R\$ 31.461,48	R\$ 174.890,86
Valores pagos decorrentes de multas aplicadas por órgão de fiscalização das relações de trabalho	PJe	-	R\$ 7.794,88
TOTAL		R\$ 1.346.158,14	R\$ 1.610.427,71

10. DEMAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO

10.1 Exaurimento das iniciativas do juízo para tornar exitosa a execução

Constatou a Desembargadora Corregedora que há esforço concentrado do Juízo quanto ao uso regular dos sistemas eletrônicos:

PERÍODO CORREICIONADO 1º10/2023 a 31/7/2024		
Item	Sistema	Quantidade
BACENJUD	PJe	847
INFOJUD	PJe	116
SIMBA	PJe	-
INFOSEG	PJe	3
RENAJUD	PJe	143
BNDT	Pendentes (PJe)	270



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

PERÍODO CORREICIONADO 1º10/2023 a 31/7/2024		
Item	Sistema	Quantidade
BACENJUD	PJe	847
INFOJUD	PJe	116
	Incluídos (PJe)	116

11. METAS DO CNJ (Fonte: Hórus)

Meta 1/2023 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	97,09%
Unidade Correicionada	102,81%

Meta 1/2024 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
Unidades de primeiro grau do TRT	91,56%
Unidade Correicionada	81,12%

Para efeito de controle da **Meta 1/2024**, foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **851** casos novos (por distribuição) e **769** (primeiro julgamento), atingindo o percentual de R\$ 81,12%.

Meta 2/2023 – Identificar e julgar, até 31/12/2023 pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2021 nos 1º e 2º graus	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	107,38 da Meta 2
	99,86% dos processos distribuídos até 31/12/2021
Unidade Correicionada	107% da Meta
	99,51% dos processos distribuídos até 31/12/2021

Meta 2/2024 – Identificar e julgar, até 31/12/2024, pelo menos, 93% dos processos distribuídos até 31/12/2022, nos 1º e 2º graus e 98% dos processos pendentes de julgamento há 4 anos (2020) ou mais.	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Unidades de primeiro grau do TRT	107,12% da Meta 2
	99,62% dos processos distribuídos até 31/12/2022
Unidade Correicionada	106,60% da Meta 2
	99,14% dos processos distribuídos até 31/12/2022

Meta 3/2023 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juízes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2020/2021, em 1 ponto percentual

IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 40%	
Unidades de primeiro grau do TRT	87,14% da Meta 3
	34,86% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	87,93% da Meta 3
	35,17% de índice de conciliação

Meta 3/2024 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juízes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2021/2022, em 0,5 ponto percentual

IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 38%	
Unidades de primeiro grau do TRT	114,92% da Meta 3
	42,95% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	100,40% da Meta 3
	37,52% de índice de conciliação

Meta 5/2023 – Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida em 1 ponto percentual, exceto execuções fiscais, em relação a 2021.

Unidades de primeiro grau do TRT	112,88%
Unidade Correicionada	110,04%

Meta 5/2024 – Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente

IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	73,95%
Unidade Correicionada	72,86%



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Indicadores							
Período	BaixCon	BaiExe	PendCon	PendExe	TCL Conhecimento	TCL Execução	TCL
2024-01	71	41	448	280	86,32	87,23	86,67
2024-02	91	45	472	283	74,45	76,69	75,27
2024-03	84	51	513	282	67,59	67,30	67,49
2024-04	137	78	516	271	57,40	55,76	56,82
2024-05	138	67	507	272	49,32	49,10	49,24
2024-06	150	59	473	300	41,35	46,80	43,31
2024-07	132	75	470	273	36,92	39,62	37,87

JUÍZES

12. AFASTAMENTO DE JURISDIÇÃO

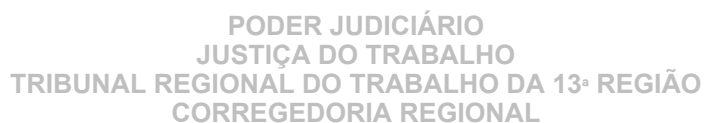
Juiz Titular

Humberto Halison B. de Carvalho E Silva		
Motivação	Fonte	Período
Férias	SAOPJe	12/10/2023 a 31/10
Férias	SAOPJe	15/2/2024 a 5/3/2024
Férias	SAOPJe	16/5/2024 a 4/6/2024

Juíza Substituta

Ana Beatriz Dias Fernandes Gondim		
Motivação	Fonte	Período
Férias	SAOPJe	22/1/2024 a 10/2/2024
Férias	SAOPJe	23/6/2024 a 12/7/2024

12.1 Audiências realizadas (1º/10/2023 a 31/7/2024) - (Fonte: Hórus)



12.2 Incidentes julgados (Fonte: Hórus)

13. PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS – solucionados (Fonte: Hórus)

[illegible]



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Rodrigo Anderson F. Oliveira	-	-	-	-	-	1	-	-	1
------------------------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---

No período correccionado, o Juiz titular laborou 183 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 2,77 processos/dia. A Juíza substituta laborou 210 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 2,37 processos/dia. Quanto aos demais juízes que atuaram na Unidade, não é razoável aqui se registrar a média de produção em razão da intermitência de atuação.

13.1 Processos solucionados por classe processual (Fonte: Hórus)

Classe	Quantidade
Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	578
Ação Trabalhista - Rito Ordinário	365
Homologação da Transação Extrajudicial	51
Consignação em Pagamento	10
Embargos de Terceiro Cível	9
Ação Civil Coletiva	9
Ação Trabalhista - Rito Sumário (Alçada)	7
Produção Antecipada da Prova	5
Ação Civil Pública Cível	2
Tutela Cautelar Antecedente	2
Ação de Cumprimento	2
Mandado de Segurança Cível	2
Petição	2
Tutela Antecipada Antecedente	2
Alvará Judicial - Lei 6858/80	2

14. SENTENÇAS LÍQUIDAS (Fonte: Hórus)

Magistrados	líquidas	Ilíquidas	%
Humberto Halison B. de Carvalho E Silva	168	17	90,81%



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Ana Beatriz Dias Fernandes Gondim	187	9	95,40%
Alisson Almeida de Lucena.	1	10	9,09%

15. PROCESSOS JULGADOS NO PRAZO LEGAL

Magistrados	Total
Adriano Mesquita Dantas	16
Alisson Almeida de Lucena	26
Ana Beatriz Dias Fernandes Gondim	474
Humberto Halison Barbosa de Carvalho E Silva	507
Larissa Leonia Bezerra de Andrade Albuquerque	1
Rodrigo Anderson Ferreira Oliveira	1

15.1 Prazo médio da conclusão à prolação da sentença: 19 dias

Magistrados	Dias
Ana Beatriz Dias Fernandes Gondim	34
Humberto Halison Barbosa de Carvalho E Silva	4
Larissa Leonia Bezerra de Andrade Albuquerque	11
Ana Paula de Carvalho Scolari	1
Alisson Almeida de Lucena	10

16. DO OBSERVATÓRIO

No período compreendido entre a data designada para a correição do ano de 2023 e a presente correição, foi realizado o único ciclo do Observatório em novembro de 2023, tendo o Juiz titular da unidade correicionada respondido em 4 de dezembro, destacando que a Unidade tem se empenhado para recuperar seu desempenho jurisdicional regular, aumentando a designação de audiências e expandindo o número de processos julgados, adotando medidas básicas, como a análise prévia e detalhada dos processos antes da primeira audiência, visando reduzir o número de audiências necessárias e acelerar a conclusão dos casos para julgamento, além de incluir a consulta prévia às



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

partes acerca da possibilidade de dispensa da audiência. Em relação ao tempo médio de duração dos processos nas fases de conhecimento e execução, a Unidade tem se mostrado alinhada com a média das demais Unidades do Regional, além de ter aumentado o número de audiências na pauta. Quanto aos pagamentos e arrecadações, a Vara adota a prática de registrar os pagamentos, com controle adicional por meio do GIGS. No entanto, é importante destacar que o pagamento de acordos é efetuado somente após um prazo de pelo menos cinco dias, aguardando a manifestação do reclamante antes do lançamento no sistema. No que diz respeito ao painel global do PJe, a tarefa "cumprimento de providências" está passando por uma análise mais aprofundada. Quanto aos processos na tarefa "aguardando final do sobrestamento", o volume elevado é resultado do cumprimento da recomendação da Corregedoria para encaminhar todos os processos com acordo homologado na fase de conhecimento. O relatório apresentado indica que aproximadamente 170 processos ainda não estão registrados no BNDT. No entanto, é importante observar que muitos desses processos decorrem da execução de sentença coletiva, cuja responsabilidade foi transferida para o responsável subsidiário, a Prefeitura de João Pessoa. Diante da constatação da falta de lançamento, será providenciada a inclusão dos registros pendentes. Todas as providências relacionadas aos desdobramentos no SISBAJUD foram adotadas, restando apenas as mais recentes, devido ao uso da 'teimosinha' para buscar o bloqueio integral do débito, com prazo não superior a 30 dias. Por fim, relata que foram tomadas medidas para atender às recomendações e adotar as ações necessárias com o objetivo de restabelecer o desempenho jurisdicional adequado.

O Observatório é ferramenta importante, também, para gestão de dados pela própria unidade, podendo ser extraído relatório a qualquer tempo por meio do gabinete virtual -> Intranet -> Institucional-> Corregedoria -> Sistemas de geração de atas de correição -> Observatório Dashboard.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

17. PROJETO GARIMPO

De acordo com o Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT n. 01, de 14 de fevereiro de 2019, bem como o ATO TRT SCR 017/2020, que dispõem sobre o tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente, por meio do relatório disponível no PJe (Relatórios Gerenciais), foi registrado o seguinte, entre outubro de 2023 e julho de 2024 - 10 meses:

Movimentação	Valor total
Pagamento ao advogado	R\$ 153.633,76
Pagamento em favor do reclamado	R\$ 150.865,38
Pagamento em favor do reclamante	R\$ 469.882,02
Recolhimento de contribuições previdenciárias	R\$ 25.532,90
Recolhimento de custas processuais	R\$ 1.058,60
Valor transferido para outro processo trabalhista da mesma Vara do Trabalho	R\$ 19.924,60
Total	R\$ 820.897,26

A Corregedora destaca a necessidade de que sejam adotadas as devidas providências para o saneamento dos processos arquivados definitivamente com saldo em contas judiciais, bem como registro, no sistema Garimpo, das contas movimentadas relativas aos processos arquivados, único meio atual para apuração do trabalho desempenhado em observância ao que dispõe o Ato TRT13 SCR 17/2020.

18. CAPACITAÇÃO

O Ato TRT13 SCR nº 110/2023 destaca a importância de registrar, na ata de correição, a participação em cursos por parte de magistrados e servidores. Conforme informações fornecidas pela EJUD (PROAD Nº 2291/2024), no exercício anterior, o Juiz titular, Humberto Halison B. de Carvalho e Silva, participou de cursos de formação continuada, com duração mínima de 30 horas-aula por semestre, conforme estipulado no artigo 3º da Resolução ENAMAT nº 09/2011. A Juíza substituta, Ana Beatriz Dias Fernandes Gondim,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

não se fez presente aos cursos de formação continuada, exercício de 2023, conforme informações fornecidas pela EJUD.

Magistrados	Descrição - 1º e 2º semestres
HUMBERTO HALISON B. DE C. E SILVA	O impacto das recentes decisões do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior do Trabalho nas relações laborativas - PROAD 1019/2023 - 15/fev - 3 h/a - EJUD13 Seminário Internacional Direitos Constitucionais e Relações de Trabalho: Caminhos das Cortes Superiores para a Efetividade da Justiça Social - PROAD 1341.22 Webinário Prejud explicado: agilidade e efetividade aos processos previdenciários CFC sobre Direito Coletivo do Trabalho - 30/01 a 15/03 Simpósio sobre Direito Antidiscriminatório - PROAD 1630/2023 - 17/MARÇO - 4 h/a Discriminação Racial e Gênero - Raça e Gênero no sistema de Justiça - Julgamento com perspectiva de gênero - PROAD 1489/2023 - 28/março - 2,5 h/a Assédio Moral e Assédio Sexual - PROAD 1504/2023 - 14/ABRIL - 2 h/a - ZOOM Simpósio sobre Trabalho Seguro e Saúde Mental do Trabalhador - PROAD 3065/2023 - 28/ABRIL - 4 h/a Seminário CLT 80 anos: Dignidade e Justiça Social - P3886.23 CFC sobre Direito Previdenciário aplicado às Relações de Trabalho - PROAD 5266/2023 - 10/05 - 30h/a Plataforma Digital - 02/06/2023 - 2h/a Palestra Recurso de Revista na Perspectiva Contemporânea- 07/08/2023 - 3h/a minutos Encontro Institucional: A Nova Ordem Constitucional Trabalhista, a Cultura da Paz e os Precedentes Judiciais - 13 a 15/09/2023 - Presencial - 15h30 h/a Curso Inteligência Artificial e Direito do Trabalho - 04/12/2023 - 3h30 - Proad 11697

Conforme informações fornecidas pela EJUD (PROAD Nº 2291/2024) e SEGEPE (PROAD 2292/2024), os servidores lotados na Unidade correicionada



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

abaixo relacionados estiveram presentes em capacitações durante o exercício anterior.

Servidores	Descrição - 2023
AGUINALDO RODRIGUES DOS SANTOS	ASSÉDIO MORAL E SEXUAL NO TRABALHO - TURMA 1 / ILB WEBINÁRIO SISTEMA DE AUDIÊNCIAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO - AUD 4 /CSJT - CEDUC - JT WEBINÁRIO PREVJUD EXPLICADO: AGILIDADE E EFETIVIDADE AOS PROCESSOS PREVIDENCIÁRIOS /CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ TRT - RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA: TEORIA E PRÁTICA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO / EVENTO NA MODALIDADE TELEPRESENCIAL. TRT - PROFISSÕES REGULAMENTADAS - REVISÃO E ATUALIZAÇÃO - MÓDULO 3 (ATUALIZADO 2022) - TURMA 1/2023 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO TRT - PLATAFORMA DIGITAL - PALESTRA /ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO TRT - OTIMIZANDO O TRABALHO COM A EXTENSÃO +PJE E AVJT / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO - MODALIDADE TELEPRESENCIAL TRT - FLUXOGRAMA PARADIGMA DE LIQUIDAÇÃO E DE EXECUÇÃO: UMA ALTERNATIVA PARA A EFETIVIDADE /ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO TRT - ENCONTRO INSTITUCIONAL: A NOVA ORDEM CONSTITUCIONAL TRABALHISTA, A CULTURA DA PAZ E OS PRECEDENTES JUDICIAIS / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO TRT - CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO /MODALIDADE TELEPRESENCIAL TRT - CÁLCULOS TRABALHISTAS NO PJE-CALC / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO - MODALIDADE TELEPRESENCIAL INTRODUÇÃO AO DIREITO CONSTITUCIONAL - TURMA 3 / ILB EXCELÊNCIA NO ATENDIMENTO - TURMA 3 / ILB ÉTICA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - TURMA 3 / ILB
ANDRE FIRMINO LIMA	ESTADO E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL: MROSC - TURMA 1 /ILB TRT - PROGRAMA ACOLHIDA DOS NOVOS SERVIDORES - 2023 / TRT DA 13a REGIÃO - SEGEPE TRT - FLUXOGRAMA PARADIGMA DE LIQUIDAÇÃO E DE EXECUÇÃO: UMA ALTERNATIVA PARA A EFETIVIDADE /ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO SETOR PÚBLICO (TURMA JUL/2023) / ENAP MODELO LÓGICO APLICADO AO PPA (TURMA AGO/2023) /ENAP LEI Nº 8112/90 E SUAS ALTERAÇÕES (TURMA AGO/2023) /ENAP INTRODUÇÃO AO DIREITO CONSTITUCIONAL - TURMA 1 / ILB



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	INTRODUÇÃO A LEI BRASILEIRA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (TURMA JUL/2023) /ENAP INTRODUÇÃO A GESTÃO DE RISCOS (TURMA SET/2023) / ENAP GESTÃO DO TEMPO E PRODUTIVIDADE (TURMA AGO/2023) /ENAP GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PEQUENOS NEGÓCIOS - AQUISIÇÕES PÚBLICAS (TURMA SET/2023) / ENAP GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PEQUENOS NEGÓCIOS (TURMA SET/2023) / ENAP ÉTICA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - TURMA 3 / ILB
DIEGO BEZERRA RODRIGUES	COMUNICAÇÃO ESCRITA / ESCOLA VIRTUAL DA FUNDAÇÃO BRADESCO WEBINÁRIO PREVJUD EXPLICADO: AGILIDADE E EFETIVIDADE AOS PROCESSOS PREVIDENCIÁRIOS /CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ TRT - SEMINÁRIO SOBRE DIVERSIDADE E CONTRATO DE TRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO / MODALIDADE TELEPRESENCIAL TRT - PLATAFORMA DIGITAL - PALESTRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - OTIMIZANDO O TRABALHO COM A EXTENSÃO +PJE E AVJT / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO - MODALIDADE TELEPRESENCIAL TRT - FLUXOGRAMA PARADIGMA DE LIQUIDAÇÃO E DE EXECUÇÃO: UMA ALTERNATIVA PARA A EFETIVIDADE /ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - FLUXO E ANÁLISE DOS RECURSOS PRE-REMESSA À INSTÂNCIA SUPERIOR (PJE X E-GESTÃO) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - DISCRIMINACAO RACIAL E GÊNERO - PALESTRA /ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - CÁLCULOS TRABALHISTAS NO PJE-CALC / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO - MODALIDADE TELEPRESENCIAL TRT - ASSEDIO MORAL E ASSÉDIO SEXUAL - PALESTRA /ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO SNIPER: CAPACITAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO /CEAJUD - CNJ
FRANCISCO DE ASSIS QUEIROZ	TRT - CÁLCULOS TRABALHISTAS NO PJE-CALC / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO - MODALIDADE TELEPRESENCIAL WEBINÁRIO SISTEMA DE AUDIÊNCIAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO - AUD 4 /CSJT - CEDUC - JT TRT - QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: FELICIDADE, ENGAJAMENTO, SATISFAÇÃO E BEM-ESTAR / ELO CONSULTORIA EMPRESARIAL E PRODUÇÃO DE EVENTOS LTDA / CURSO IN COMPANY TRT - OFICINAS DE CAPACITAÇÃO DOS GESTORES DA INSTITUIÇÃO SOBRE SAÚDE MENTAL NO AMBIENTE DE TRABALHO, ESPECIFICAMENTE SOBRE OS TEMAS BURNOUT, ANSIEDADE E DEPRESSÃO /EJUD13 EM PARCERIA COM A CSAUDE
HERLITON JOSÉ DE MIRANDA SANTOS	ÉTICA E SERVIÇO PÚBLICO (TURMA JAN/2021) / ENAP GESTÃO DA INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO (TURMA JUN/2023) / ENAP INTRODUÇÃO A LEI BRASILEIRA DE PROTEÇÃO DE DADOS



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	PESSOAS (TURMA ABR/2020) / ENAP EMPRESAS E DIREITOS HUMANOS (TURMA JUN/2021) / ENAP PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO SETOR PÚBLICO (TURMA JUL/2023) / ENAP INTRODUÇÃO A FACILITAÇÃO PARA INOVAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO GOVERNAMENTAL(TURMA JAN/2024) / ENAP PALESTRA "ESTEREÓTIPO"
GISELLE TAVARES DORE GUIMARÃES	FORMAÇÃO DE ASSISTENTES DE MAGISTRADOS E MAGISTRADAS /ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO /MODALIDADE PRESENCIAL E TELEPRESENCIAL PARA UNIDADES DO INTERIOR TRT - ASSÉDIO MORAL E ASSÉDIO SEXUAL - PALESTRA /ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO SEMINÁRIO INTERNACIONAL DIREITOS CONSTITUCIONAIS E RELAÇÕES DE TRABALHO: CAMINHOS DAS CORTES SUPERIORES PARA A EFETIVIDADE DA JUSTIÇA SOCIAL /STF, TST E ENAMAT
MARIA CELIA GERALDO BARBOSA	CAPACITAÇÃO EM CONVÊNIOS JUDICIÁRIOS NA PESQUISA PATRIMONIAL / TRT DA 12ª REGIÃO / MODALIDADE TELEPRESENCIAL TRT - FLUXO E ANÁLISE DOS RECURSOS PRE-REMESSA À INSTÂNCIA SUPERIOR (PJE X E-GESTÃO) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - CÁLCULOS TRABALHISTAS NO PJE-CALC / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO - MODALIDADE TELEPRESENCIAL
MARICELMA APOLINARIA DA SILVA	TRT - ENCONTRO INSTITUCIONAL: A NOVA ORDEM CONSTITUCIONAL TRABALHISTA, A CULTURA DA PAZ E OS PRECEDENTES JUDICIAIS / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO
SORAYA DE ALMEIDA MARQUES ROLIM	CAPACITAÇÃO EM CONVÊNIOS JUDICIÁRIOS NA PESQUISA PATRIMONIAL / TRT DA 12ª REGIÃO / MODALIDADE TELEPRESENCIAL TRT - TÉCNICAS AVANÇADAS DE EXECUÇÃO TRABALHISTA /ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO - MODALIDADE TELEPRESENCIAL TRT - REVITALIZA TRT 13 (TURMA FÓRUM MAXIMIANO FIGUEIREDO - FMF) / SEGEPE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO SETOR PÚBLICO (TURMA JUN/2023) / ENAP INTRODUÇÃO A LEI BRASILEIRA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (TURMA JUN/2023) / ENAP
SUELY REGINA ARAUJO DE SOUZA	TRT - CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO / MODALIDADE TELEPRESENCIAL TRT - REFORMA TRABALHISTA DIALOGADA - MÓDULO 3 - DIREITO COLETIVO (ATUALIZADO 2022) - TURMA 1/2023 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO

19. PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Foram analisados 61 processos, por amostragem, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do **Ato TRT13 SCR nº 110/2023**, havendo a prolação de 10 despachos correicionais no PJe.

20. RECOMENDAÇÕES

20.1 Recomendações gerais

- a) participar de capacitações voltadas, primordialmente, à conciliação, mediação e efetividade da execução, em conformidade com o Ato TRT SCR nº 110/2023;
- b) analisar a possibilidade de aderir à boa prática de inclusão, em pautas de audiências de conciliação do que conclusão para sentença/decisão em ação de Homologação da Transação Extrajudicial - HTE (0000580-12.2024.5.13.0031), nos processos em que há pedido para a homologação de transação firmada entre as partes, a exemplo do processo 0000130-69.2024.5.13.0031, ou quando houver pedido de parcelamento da execução (0000131-54.2024.5.13.0031), a fim de possibilitar a remessa do processo para o “Controle de Acordo”, gerando automaticamente a movimentação de sobrestamento;
- c) quando da primeira citação da reclamada no processo, orientar a equipe a fazer uso do Tipo de Expediente “notificação inicial” a fim de permitir a citação da empresa por meio do DOMICÍLIO ELETRÔNICO (0000665-95.2024.5.13.0031);
- d) otimizar os serviços cartoriais com a utilização dos atos ordinatórios elencados no art. 12 da Consolidação dos Provimentos deste Regional;
- e) proceder à revisão dos processos sobrestados na fase de conhecimento, a fim de dar cumprimento ao disposto na Recomendação TRT13 SCR nº 007/2022, que padronizou os procedimentos atinentes à utilização dos fluxos de “Sobrestamento/Suspensão” com o preenchimento do complemento adequado a cada situação, de forma a refletir com precisão o trabalho das unidades judiciárias;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

- f) observar o disposto no artigo 119 da Consolidação dos Provimentos da CGJT, que determina a movimentação do processo à fase seguinte quando da homologação de acordo ou transitada em julgado a sentença de conhecimento;
- g) orientar a equipe quanto aos procedimentos de inclusão de chip “CTPS - anotar” e cadastramento de atividades no gigs quando houver pendência de cumprimento de obrigação de fazer, a fim de otimizar a rotina de controle pela secretaria;
- h) orientar a equipe a observar o disposto no caput do artigo 179 da Consolidação dos Provimentos da CGJT, atentando à Secretaria para a juntada das “peças inéditas dos autos principais”, como também para o registro da movimentação específica ““50072 - Convertida a execução provisória em definitiva” (ex: 0000540-64.2023.5.13.0031);
- i) nos termos do art. 133, III, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, acompanhar, regularmente, o relatório constante no SISBAJUD relativo aos bloqueios efetivados com desdobramentos pendentes, evitando atraso das providências em casos de bloqueios de quantias que demandam a intimação da parte reclamada;
- j) orientar a equipe a observar com mais atenção o transcurso do prazo previsto no art. 883-A da CLT, com a inclusão do prazo e tipo de atividade (BNDT) no Gigs, a fim de possibilitar o monitoramento do vencimento, evitando-se determinação judicial expressa antes de decorrido o prazo legal (ex: 0000002-83.2023.5.13.0031) ou registro, pela secretaria, de forma diversa do determinado anteriormente (ex: 0000940-93.2023.5.13.0026);
- k) velar, sob pena de responsabilidade, pelos registros dos valores pagos ou recolhidos pelas partes, principalmente no que diz respeito às custas processuais e depósitos recursais, inclusive, via apólice de seguro, quando da remessa ao 2º grau (0001065-46.2023.5.13.0031), devendo, ainda, atentar para os pagamentos/recolhimentos efetuados nas instâncias superiores, nos termos do art. 47 do Provimento Consolidado deste Regional, evitando, ainda,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

o arquivamento definitivo dos autos sem o devido registro de pagamento dos honorários periciais (ex: 0000755-40.2023.5.13.0031);

l) proceder à revisão dos processos arquivados provisoriamente, atentando para o CHIP “Arquivado Provisoriamente”, a fim de dar cumprimento ao disposto na Recomendação TRT13 SCR nº 007/2022, que padronizou os procedimentos atinentes à utilização dos fluxos de “Sobrestamento/Suspensão” em vez de “Arquivamento Provisório”, atentando especialmente para a conclusão correta no PJe - “Decisão Sobrestamento/Suspensão”, com o preenchimento do complemento adequado a cada situação (ex: 0000579-03.2019.5.13.0031), principalmente quando há determinação pendente de cumprimento;

m) quando da expedição de ofícios precatórios e RPV's, observar o estabelecido nas Resoluções Administrativas 303/2019 do CNJ e 314//2021 do CSJT, para que sejam elaborados individualmente, por beneficiário (ex: 0000892-22.2023.5.13.0031), como também consignar o prazo para pagamento quando expedidos no PEC, a fim de alimentar essa informação no sistema GPREC, com o consequente registro do respectivo pagamento (ex: 0000727-72.2023.5.13.0031);

n) abster-se de remeter processos ao arquivo definitivo sem proceder ao lançamento do movimento específico no PJe 'Quitado o precatório ou 'Quitada a RPV, atentando para a consulta ao relatório SAOPJE “Processos arquivados com RPV/Precatório sem quitação”, evitando o ocorrido nos processos 0000377-84.2023.5.13.0031, ainda pendente de alimentação no sistema GPREC e 0000210-04.2022.5.13.0031 em que não houve registro de pagamento dos valores devidamente liberados a cada beneficiário;

o) incentivar os servidores a participarem de capacitações específicas voltadas à efetividade da atividade jurisdicional;

p) orientar a equipe a manter o saneamento dos processos arquivados com saldos em contas judiciais, atentando especialmente para o devido registro no Sistema Garimpo de todas as contas movimentadas;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

q) incentivar a equipe a boa prática de fazer uso do PJe Gestão, startup deste Regional que possibilita a reunião de diversos relatórios na tela inicial do sistema PJe;

21. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dessas considerações, a Desembargadora Corregedora destaca que a 12ª Vara do Trabalho de João Pessoa está empenhada em aprimorar a entrega da justiça, buscando alcançar os padrões de eficiência já estabelecidos por outras unidades judiciárias de porte semelhante.

Registra, com satisfação, o cumprimento das Metas 1 (102,81%) e 2 (1075,38%), relativo ao base 2023, pelo que parabeniza os servidores e magistrados pelo trabalho desempenhado, entretanto, recomenda o constante monitoramento da pauta com a finalidade de evitar o elástico dos prazos, podendo-se destacar que, no período correccionado (outubro/2023 a julho/2024), a unidade ocupou a última posição em relação à quantidade de audiências realizadas em sua jurisdição.

Constata a Corregedora que a unidade apresenta uma sensível redução do tempo médio de duração do processo na fase de execução, em relação à correção anterior, que passou de 204 dias em 2023 para 166 dias no atual exercício até 31 de julho (ponto de corte da correção), pelo que recomenda à equipe a manutenção do desempenho até o final deste exercício, garantindo a duração razoável do processo.

Observa o cumprimento parcial da Meta 3 do CNJ, que vem apresentando um percentual de 100,40%, não alcançada no exercício de 2023 (87,93%), parabenizando-se os magistrados pelos esforços realizados com a finalidade de pacificação social dos conflitos trabalhistas e recomendando que mantenha este bom desempenho até o final deste exercício.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Por fim, ressalta-se a importância da participação do magistrado titular, da magistrada substituta fixa e servidores em capacitações específicas voltadas para a efetividade da atividade jurisdicional, especialmente aquelas relacionadas à mediação, conciliação e execução, consoante o Ato TRT SCR nº 110/2023.

Nada mais havendo a tratar, dar-se por encerrados os trabalhos nesta data, e eu, Ozanete Gondim Guedes Pereira, secretária da Corregedoria, lavrei a presente ata, a ser assinada eletronicamente pela Desembargadora Corregedora, que deixa assinado o prazo de 10 dias, a contar do primeiro dia útil que segue, para a Vara do Trabalho informar o cumprimento dos despachos e recomendações correicionais e querendo, oferecer suas considerações, consoante art. 7º do Ato TRT SCR nº 110/2023, com a devida comunicação à Corregedoria Regional. A presente Ata será publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

HERMINEGILDA LEITE MACHADO

Desembargadora Vice-Presidente e Corregedora





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

ANEXO

VISTOS EM CORREIÇÃO		
0001029-04.2023.5.13.0031	0001065-46.2023.5.13.0031	0000644-22.2024.5.13.0031
0000989-85.2024.5.13.0031	0000580-12.2024.5.13.0031	0000014-63.2024.5.13.0031
0000016-33.2024.5.13.0031	0000055-30.2024.5.13.0031	0000312-89.2023.5.13.0031
0000130-69.2024.5.13.0031	0000193-94.2024.5.13.0031	0001246-47.2023.5.13.0031
0000441-60.2024.5.13.0031	0000417-32.2024.5.13.0031	0000758-92.2023.5.13.0031
0000766-35.2024.5.13.0031	0000515-17.2024.5.13.0031	0000372-62.2023.5.13.0031
0000787-11.2024.5.13.0031	0000185-54.2023.5.13.0031	0000556-81.2024.5.13.0031
0000737-82.2024.5.13.0031	0000131-54.2024.5.13.0031	0000366-21.2024.5.13.0031
0000522-09.2024.5.13.0031	0001060-24.2023.5.13.0031	0000484-31.2023.5.13.0031
0000378-35.2024.5.13.0031	0001152-02.2023.5.13.0031	0000245-27.2023.5.13.0031
0001148-62.2023.5.13.0031	0000537-75.2024.5.13.0031	
0000837-71.2023.5.13.0031	0001070-68.2023.5.13.0031	
0000315-10.2024.5.13.0031	0000163-59.2024.5.13.0031	
0000511-77.2024.5.13.0031	0001127-86.2023.5.13.0031	

VISTOS EM CORREIÇÃO COM RECOMENDAÇÃO EM ATA		
0001204-95.2023.5.13.0031	0000784-56.2024.5.13.0031	0000797-55.2024.5.13.0031
0000892-22.2023.5.13.0031	0000603-89.2023.5.13.0031	0000665-95.2024.5.13.0031
0000727-72.2023.5.13.0031	0000876-34.2024.5.13.0031	0000891-03.2024.5.13.0031
0000579-03.2019.5.13.0031	0000891-37.2023.5.13.0031	
0000540-64.2023.5.13.0031	0000409-45.2024.5.13.0002	

DESPACHOS CORREICIONAIS	
0000297-23.2023.5.13.0031	0000940-93.2023.5.13.0026
0000567-47.2023.5.13.0031	0001275-97.2023.5.13.0031
0000002-83.2023.5.13.0031	0000771-91.2023.5.13.0031



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0000064-89.2024.5.13.0031	0000234-95.2023.5.13.0031
0000428-61.2024.5.13.0031	0000349-58.2019.5.13.0031